

LUCIANA AMICUCCI CAMPANELLI
Advogada, especialista em Direito Empresarial e mestre em Direito pela
Universidade Presbiteriana Mackenzie

PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ E A ISONOMIA PROCESSUAL

Editora Juarez de Oliveira

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C194p

Campanelli, Luciana Amicucci

Poderes instrutórios do juiz e a isonomia processual / Luciana Amicucci Campanelli. - São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

128 p.; 14x21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 85-7453-590-7

1. Processo civil. 2. Igualdade perante a lei. 3. Poderes (Direito).
4. Juizes -Decisões. I. Título.

06-0532

CDU 347.962

SUMÁRIO

Prefácio	VII
Introdução.	1
Capítulo 1. Princípio	5
1.1 O direito natural clássico e o direito positivo	5
1.2 Visão clássica do princípio isonômico	7
1.3 Definição de princípio	8
1.4 Função dos princípios	11
1.5 Natureza jurídica dos princípios	12
1.6 Normas, princípios e regras	13
1.6.1 Ronald Dworkin	14
1.6.2 Robert Alexy	16
1.7 Colisão de princípios	18
1.8 Solução da colisão de princípios de acordo com Robert Alexy	20
1.9 A ponderação e o princípio da proporcionalidade	22
Capítulo 2: Notícia Histórica do princípio da isonomia	27
2.1 Aspectos gerais	27
2.2 Breve histórico do princípio	28
2.3 Declaração de Direitos do Povo de Virgínia	30
2.4 Declaração de Independência dos Estados Unidos	31
2.5 Constituição dos Estados Unidos da América	32
2.6 Revolução Francesa	34
2.7 Evolução do princípio no Brasil	37
Capítulo 3. Direito e doutrina vigentes no Brasil	41
3.1 Localização do princípio na atual Constituição	41
3.2 Destinatários	42
3.3 Igualdade perante à lei e igualdade na lei	43
3.4 Igualdade formal e igualdade substancial	43
3.5 Igualdade substancial e igualdade processual civil	45
3.6 Correlação entre possíveis discriminações e a desequiparação concedida	47
3.7 Diferenciação arbitrária	49
Capítulo 4. Igualdade e atividade jurisdicional	51

Localização: 347.962.1

C186p

Código de barras: STJ00062665

4.1	Direito Processual Civil e Direito Constitucional	51
4.2	Aplicação da igualdade no processo civil brasileiro	53
4.3	Isonomia e ação judicial	54
4.4	O papel do juiz no processo atual	55
4.5	Os poderes do juiz e as cláusulas gerais	57
4.6	Cláusulas gerais e o Código de Processo Civil	59
Capítulo 5. Poder instrutório oficial e o princípio dispositivo no Brasil		61
5.1	Princípio dispositivo e princípio inquisitivo: características gerais	61
5.2	Delimitação do princípio dispositivo no Brasil	64
5.3	Princípio dispositivo na moderna doutrina processual	66
5.4	Colisão entre o princípio dispositivo e o princípio da igualdade	68
5.5	O valor do princípio da igualdade	69
Capítulo 6. Poderes judiciais no processo civil		73
6.1	Aspectos gerais	73
6.2	Classificação dos poderes judiciais	73
6.2.1	Poderes do juiz segundo José Frederico Marques	74
6.2.2	Poderes do juiz segundo Carlos Aurélio Mota de Souza	75
6.2.3	Poderes do-juiz segundo Nelson Juliano Schaefer Martins	77
6.2.4	Poderes do juiz segundo Vicente Miranda	80
6.2.5	Posicionamento da autora	84
6.3	Natureza jurídica do poder instrutório	85
Capítulo 7. Poder instrutório oficial		87
7.1	Poder instrutório oficial e busca da verdade	87
7.2	Poder instrutório oficial e iniciativa das partes	90
7.3	Poder instrutório oficial e ônus probatório	92
7.4	Imparcialidade e neutralidade judicial	95
7.5	Poder instrutório oficial e imparcialidade judicial	97
7.6	A inércia judicial e a isonomia francesa de 1789	98
7.7	Juiz imparcial e juiz promotor da igualdade social	99
7.8	Juiz imparcial: a isonomia processual e a deficiência técnica do procurador	100
7.9	Limites ao poder instrutório oficial	102

CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	109